



ACÓRDÃO Nº
PROCESSO Nº 0067885-83.2013.8.14.0301
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
RECURSO: APELAÇÃO CÍVEL
COMARCA: BELÉM/PA
APELANTE: MAURÍLIO YUKIO ABE PEREIRA
ADVOGADO: KENIA SOARES DA COSTA E OUTRO
APELADO: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.
ADVOGADO: MARCO ANDRE HONDA FLORES E OUTRO
RELATORA: DRA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. 1. Inexiste cerceamento de defesa em caso de a dilação probatória se apresentar desnecessária em face da natureza das questões em debate, dos elementos de prova ínsitos no contexto do processo e da certeza de conter o feito meios suficientes ao julgamento do litígio sem ampliação da fase instrutória. MERITO: 1. A ação foi proposta alegando a autora que firmou com o requerido em 15/04/2008 contrato de financiamento, para aquisição de um veículo, a ser pago em 50 (cinquenta) parcelas no valor de R\$ 598,86 (quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos) cada, pagou algumas parcelas e ingressou com a presente ação pleiteando a revisão do contrato.

2. CORRETA A SENTENÇA QUE JULGOU TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR. Nos contratos de crédito para financiamento de veículos não há impossibilidade de capitalização mensal de juros, eis que os juros moratórios são aqueles impostos ao devedor por ocasião do atraso no cumprimento da obrigação, ou seja, decorrentes de sua constituição em mora. Na lei nº 10.931/04, que rege as cédulas de crédito bancário, não há disposição acerca dos índices de juros de mora. 3. ENCARGOS LIVREMENTE PACTUADOS. Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal. No caso, a cobrança dos juros moratórios ocorreu em respeito aos limites legais, não havendo abusividade neste aspecto. CONTRATO LIVREMENTE PACTUADO. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Egrégia 1ª Câmara Cível Isolada, à unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Juíza Relatora. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos trinta dias do mês de maio de 2016.

Julgamento presidido pela Exma. Sra. Desa. GLEIDE PEREIRA DE MOURA.

Belém, 30 de maio de 2016.

DRA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS - JUIZA CONVOCADA

RELATÓRIO

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL (fls. 112/131) interposta por MAURILIO YUKIO ABE PEREIRA de sentença (fls. 103/106) prolatada pelo Juízo de Direito da 9ª Vara da Cível de BELÉM/PA, nos autos da AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO



C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida contra BANCO AYMORE FINANCIAMENTOS S/A que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial e, em consequência julgou extinto o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do CPC. Condenou a autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixou em 20% (vinte por cento), suspensa a exigibilidade conforme o artigo 12 da Lei 1060/50.

A ação foi proposta alegando o autor que firmou com o requerido em 30/09/2011, contrato de financiamento, para aquisição de um veículo, a ser pago em 48 (quarenta e oito) parcelas no valor de R\$ 837,61 (oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos) cada, afirmando que pagou 20 (vinte) parcelas com grande dificuldade; que analisando o contrato verificou que além dos valores absurdos exigidos para a quitação do bem a forma de cálculo das parcelas ocorreu de maneira a beneficiar a instituição financeira.

Sentenciado o feito, o autor interpôs apelação, visando reformar a sentença, alegando que no caso aplica-se o CDC; arguindo em preliminar nulidade da sentença por error in procedendo, alegando que requereu expressamente a produção de prova pericial e depoimentos; que não se trata de matéria unicamente de direito, mas que enseja a produção de provas.

Error in judicando, pleiteando seja declarada abusiva a cobrança de juros capitalizados nesta modalidade contratual, pela ausência de cláusula expressa prevendo sua cobrança e/ou pela falta de clareza na sua eventual entabulação e, via reflexa, acatar o pleito do apelante para afastar a mora, em face da cobrança de encargos abusivos no período de normalidade contratual invertendo o ônus da sucumbência.

Em contrarrazões (fls. 133/148v), o apelado pugnou pela manutenção da sentença.

Vieram os autos a esta Egrégia Corte de Justiça.

Coube-me a relatoria, em razão da PORTARIA Nº 968/2016 – GP.

É o relatório.

À Secretaria de conforme parte final do art. 931 do CPC/2015.

Belém, 13 de maio de 2016.

DRA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS - JUIZA CONVOCADA

VOTO

O APELO é tempestivo e isento de preparo (Lei nº 1060/50).

DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA.

O apelante arguiu em preliminar cerceamento de defesa, afirmando que não houve a produção das provas requeridas na petição inicial - prova pericial e depoimentos de testemunhas.

Da petição inicial verifica-se que o pedido formulado pelo autor quanto às provas, foi genérico, ficando assim grafado na letra k: Protesta pela prova documental que acompanha e as demais que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual; todas em direito admitidas, sem a exclusão de nenhuma, pericial caso houver necessidade devendo ser arcada pelo requerido.

Ademais, a matéria discutida nos presentes autos é eminentemente de direito, não ocorrendo o cerceamento de defesa alegado pelo apelante. Inexiste cerceamento de defesa em caso de a dilação probatória se apresentar desnecessária em face da natureza das questões em debate, dos elementos de prova ínsitos no contexto do processo e da certeza de conter o feito meios suficientes ao julgamento do litígio sem ampliação da fase instrutória.

Nesse sentido:



TJ-MG – Apelação Cível AC 10024110216777002 MG (TJ-MG). Data de publicação: 08/03/2013. Ementa: REVISIONAL - CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO - CONTRATO DE FINANCIAMENTO - JUROS - CAPITALIZAÇÃO - PERMISSIBILIDADE DESDE QUE PACTUADA - MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/01 - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - INCIDÊNCIA DESDE QUE PACTUADA E NÃO CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS DA MORA - TAC E ENCARGOS DE TERCEIROS CONTRATADOS - PERMISSIBILIDADE DA COBRANÇA - REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES. Inexiste cerceamento de defesa em caso de a dilação probatória se apresentar desnecessária em face da natureza das questões em debate, dos elementos de prova ínsitos no contexto do processo e da certeza de conter o feito meios suficientes ao julgamento do litígio sem ampliação da fase instrutória. É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em todos os contratos de financiamento celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, em vigor como Medida Provisória 2.170-36/01, desde que expressamente pactuada. A comissão de permanência possui o mesmo objetivo dos demais encargos da mora, a saber, manter atualizado o valor da dívida, sendo permitida sua cobrança desde que não cumulada com outros encargos da mora. Possível a contratação e cobrança de tarifa de abertura de crédito (TAC) e taxa de serviços de terceiros para recomposição de despesas tidas pelo banco, não havendo ofensa à Lei 8.078 /90. Havendo prova da cobrança indevida de encargos existentes no contrato, faz jus o autor à devolução do indébito, de forma simples (VV). APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. 1. Em regra, é inadmissível a capitalização mensal dos juros, salvo expressa autorização legal. É inconstitucional o artigo 5º da Medida Provisória n.º 2.170-36 de 23 de agosto de 2001, conforme já reconhecido pelo órgão especial deste Tribunal. 2. No tocante à compensação dos honorários advocatícios, já se encontra pacificada a tese de que o art. 23 da Lei nº 8.906/94 não revogou o art. 21 do Código de Processo Civil..

Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, arguida pelo apelante.

No mérito: a ação foi proposta alegando o autor que firmou com o requerido em 30/09/2011, contrato de financiamento, para aquisição de um veículo, a ser pago em 48 (quarenta e oito) parcelas no valor de R\$ 837,61 (oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos) cada, afirmando que pagou 20 (vinte) parcelas com grande dificuldade; que analisando o contrato verificou que além dos valores absurdos exigidos para a quitação do bem a forma de cálculo das parcelas ocorreu de maneira a beneficiar a instituição financeira.

Vejam os arestos a seguir:

AC. 124450. JULG. 09/09/2013. PUBL. 13.09/2013. SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA. APELAÇÃO CÍVEL Nº 20123017925-6. APELANTE: MARIA DE FATIMA CARVALHO REIS. APELADO: BANCO ITAUCARD S/A. RELATORA: GLEDE PEREIRA DE MOURA.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL CONTRATUAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. A AUTORA FIRMOU CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM O BANCO REQUERIDO, PARA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO, A SER PAGO EM VÁRIAS PARCELAS MENSAIS FIXAS. NO ENTANTO, SENTINDO-SE LESADA, QUANTO AO VALOR A SER PAGO, INTERPOS A PRESENTE AÇÃO, QUESTIONANDO A COBRANÇA ABUSIVA DE JUROS E CAPITALIZAÇÃO INDEVIDA E A COMISSÃO DE PERMANENCIA. SENTENÇA JULGANDO TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO INTENTADA PELA AUTORA. SENTENÇA CORRETA, POIS NÃO HÁ IMPOSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, EIS QUE OS JUROS MORATÓRIOS SÃO AQUELES IMPOSTOS AO DEVEDOR POR OCASIÃO DO ATRASO NO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, ISTO É, EM VIRTUDE DE SUA CONSTITUIÇÃO EM MORA, UMA VEZ QUE NA LEI Nº 10.931/04, REGRAMENTO QUE REGE AS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO, NÃO HÁ DISPOSIÇÃO ACERCA DOS



INDICES DE JUROS DE MORA. ENCARGOS LIVREMENTE PACTUADOS. SÚMULA Nº 596 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PORTANTO A COBRANÇA DOS JUROS MORATÓRIOS OCORREU EM RESPEITO AOS LIMITES LEGAIS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM ABUSIVIDADES NESTE ASPECTO. QUANTO A REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO, TAMBÉM SEM QUALQUER RAZÃO A RECORRENTE, POIS SENDO CORRETAS TODAS AS CLÁUSULAS QUESTIONADAS NÃO HÁ QUE SE FALAR EM COBRANÇA INDEVIDA, RAZÃO PELA QUAL SÃO IMPROCEDENTES AS PRETENSÕES DE REPETIÇÃO DE DÉBITO EM DOBRO POR COBRANÇA INDEVIDA, BEM COMO DA CONSIGNAÇÃO PRETENDIDA. RECURSO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE. UNÂNIME. I. Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal. II. As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas, que integram o sistema financeiro nacional. III. Recurso conhecido, mas improvido. Sentença mantida

TJ-SP – APEL 780526220118260161 SP 0007805-26.2011.8.26.0161 (TJ-SP). Data de publicação: 06/10/2012. Ementa: APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. Juros Remuneratórios. Em contratos bancários, nos quais figura como contratada instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, não é abusiva a pactuação de juros à taxa superior a 12% ao ano, por não lhe aplicarem as disposições do Decreto nº 22.626 /33, de acordo com o teor da Súmula n. 596 do STF. Spread bancário. Impossibilidade de limitação. Capitalização de juros. Inocorrência de capitalização nesse tipo de operação bancária. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.

TJ-SP. Apelação APL 15676520128260125. SP 0001567-65.2012.8.26.0125 (TJ-SP). Data de publicação: 01/12/2012. Ementa: CONTRATOS BANCÁRIOS. Financiamento de veículo. Consignação em pagamento c.c. ação revisional. 1. Conquanto já se tenha resolvido que "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras" (Súmula 297 do STJ), a sua mera invocação, no caso, não tem relevância capaz de mudar a sorte da demanda, pois tal diploma não se destina a distribuir benesses, mas a proteger direitos daqueles que os têm. 2. O fato de o contrato entre as partes ter sido de adesão não tem maior significado, posto que a lei (inclusive o Código de Defesa do Consumidor) admite tal forma de contratação. 3. "As disposições do Decreto 22.626 /33 não se aplicam às taxas e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional" (Súmula 596 do STF). 4. Não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa que comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo, salvo se justificada pelo risco da operação. 5. Não há de se falar em capitalização no caso de financiamentos em parcelas fixas, onde em regra os juros já são calculados de início e diluídos ao longo do prazo, portanto não ocorrendo incidência de novos juros sobre aqueles anteriores. Ação improcedente. Recurso não provido

Quanto aos juros remuneratórios, as instituições financeiras regidas pela Lei 4.595/64, não se subordinam à limitação da taxa legal de juros prevista no Dec. 22.626/33, tendo o STF consagrado entendimento pela não autoaplicabilidade do art. 192, § 3º da CF (já revogado pela Emenda nº 40/03) atraindo a aplicação das Súmulas 596 e 648 do STF, assim, perfeitamente cabível a cobrança de juros superiores a 12% ao ano para a remuneração do capital, consubstanciado no crédito utilizado pelo cliente.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submentidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica.

Juros moratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como



uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida.

De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também a limitação dos juros remuneratórios estipulados na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. É possível que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado entre as partes.

A capitalização de juros passou a ser admitida quando pactuada, desde o advento da MP nº 1.963-17, de 31/03/00, reeditada como MP nº 2.170-36, de 23.08.01, que passaram a permitir a capitalização de juros em periodicidade inferior a um ano, afastando assim a aplicabilidade da Súmula nº 121 do STF à espécie, vez que o contrato, objeto do presente feito foi firmado já na vigência da referida Medida Provisória.

Nesse sentido decisão do STJ:

Admite-se a capitalização mensal nas operações realizada pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, celebradas a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação do artigo 5º da Medida Provisória 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.10-36/2001. STJ, AgRg no ..., Rel. Min. Castro Filho, 15/02/05) Min.

E, mais, o contrato foi firmado para pagamento em parcelas pré-fixadas, o que o diferencia dos contratos de cheque especial ou de cartão de crédito, portanto, o autor teve prévia e inequívoca ciência do valor total do crédito liberado e do valor unitário das parcelas, tanto que assinou o contrato.

Ante o exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO do APELO, mantendo a sentença de primeiro grau no seu inteiro teor.

É o voto.

Belém, 30 de maio de 2016.

DRA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS - JUIZA CONVOCADA